



**ACÓRDÃO Nº 414/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11285/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Boca do Acre.
- 4- **Exercício:** 2015.
- 5- **Responsável:** Sr. Radir de Souza Magalhães - Ordenador de Despesa.
- 6- **Unidade Técnica:** DICREA, DICOP e DICAMI.
- 7- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1318/2017-MP-FCVM, da Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas (fls.255/258).
- 8- **Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Boca do Acre. Exercício de 2015.

*Regularidade com ressalvas. Multa. Recomendação.*

**9- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, alínea “a”, item 2, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 9.1. **Julgar Regular com Ressalvas** a Prestação de Contas do **Sr. Radir de Souza Magalhães**, Presidente da Câmara Municipal de Boca do Acre, exercício 2015, com fulcro no art. 5º, II da Resolução n.º 04/02-RI-TCE/AM;
- 9.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Radir de Souza Magalhães** no valor de **R\$ 2.192,06** (dois mil, cento e noventa e dois reais e seis centavos), distribuídos da seguinte maneira:
  - 9.2.1. **R\$ 1.096,03** (hum mil reais e noventa e seis reais e três centavos) pelo atraso no envio do Relatório de Gestão Fiscal do 1º Semestre do exercício de 2015, impropriedade apontada no item 1 da Notificação n.º 002/2016 - CI, item 1 do Relatório Conclusivo da DICAMI e subitem 3.1.1 (Providência 01) do Relatório de Desempenho da Gestão Fiscal n.º 112/2016, exarado pela DICREA;
  - 9.2.2. **R\$ 1.096,03** (hum mil reais e noventa e seis reais e três



**ACÓRDÃO Nº 414/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

centavos) pelo atraso no envio do Relatório de Gestão Fiscal do 2º Semestre do exercício de 2015, impropriedade apontada no item 2 da Notificação nº 002/2016-CI e item 2 do Relatório Conclusivo da DICAMI;

**9.2.3.** Fixe o prazo de 30 (trinta) dias, para que o **Sr. Radir de Souza Magalhães**, Presidente da Câmara Municipal de Boca do Acre, recolha o valor da multa, que lhe fora aplicada, aos cofres públicos da esfera Estadual (órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ), com fulcro art. 72, III, “c”, da Lei n. 2423/96, ficando a DICREX autorizada a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM;

**9.2.4.** Autorize, em caso de não recolhimento dos valores de condenação, a inscrição do débito na Dívida Ativa e ensejo à ação executiva, *ex vi* do art. 73 da Lei n. 2.423/96, art. 169, II, e § 6º do art. 308, todos da Resolução n. 04/2002- TCE;

**9.3. Aplicar Multa ao Sr. Radir de Souza Magalhães**, Presidente da Câmara do Município de Boca do Acre, exercício 2015, no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), com fulcro no art. 53, parágrafo único da Lei n.º 2.423/96, em razão das impropriedades consideradas remanescentes pelos Órgãos Técnico e Ministerial, quais sejam aquelas apontadas nos itens 4, 5, 7 e 9 da Notificação n.º 002/2016 - CI e itens 4, 5, 7 e 9 do Relatório Conclusivo da DICAMI;

**9.3.1.** Fixe o prazo de 30 (trinta) dias, para que o **Sr. Radir de Souza Magalhães**, Presidente da Câmara Municipal de Boca do Acre, recolha o valor da multa, que lhe fora aplicada, aos cofres públicos da esfera Estadual (órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ), com fulcro art. 72, III, “c”, da Lei n. 2423/96, ficando a DICREX autorizada a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM;

**9.3.2.** Autorize, em caso de não recolhimento dos valores de condenação, a inscrição do débito na Dívida Ativa e ensejo à ação executiva, *ex vi* do art. 73 da Lei n. 2.423/96, art. 169, II, e § 6º do art. 308, todos da Resolução n. 04/2002- TCE;



**ACÓRDÃO Nº 414/2017 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**9.4. Recomendar à Câmara Municipal de Boca do Acre que:**

- 9.4.1.** Atente para formalização dos processos licitatórios, em conformidade com a Lei nº 8.666/93, art. 38, caput, bem como os documentos dos arts. 28, 29 e 31 da Lei 8.666/93, bem como a disponibilização dos processos a futura comissão de inspeção, sob pena de reincidência;
- 9.4.2.** Observe os prazos legalmente estabelecidos para a atualização das informações relativas à gestão no Portal de Transparência do Município;
- 9.4.3.** Observe os prazos para o recolhimento dos valores referentes às Guias de Previdência Social dos servidores da Câmara.

**10- Ata:** 11ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**11- Data da Sessão:** 18 de Abril de 2017.

**12- Especificação do quorum:** Conselheiros: Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior (Presidente), Julio Cabral, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**13- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JUNIOR**

Conselheiro-Presidente

**JULIO CABRAL**

Conselheiro Relator

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**

Procurador-Geral